

**Declaração dos Secretários de Estado responsáveis pelos Assuntos Europeus
de Espanha, França e Portugal
Madrid, 19 de fevereiro de 2020**

Nós, os Secretários de Estados dos Assuntos Europeus de Espanha, França e Portugal, adotamos a presente declaração com o intuito de aprofundar a nossa estreita cooperação – no seguimento da anterior reunião trilateral de 11 julho de 2019, realizada em Lisboa -, e com o objetivo de preparar em conjunto as próximas reuniões europeias, a começar pelo Conselho Europeu extraordinário de 20 de Fevereiro.

Este Conselho Europeu será dedicado ao orçamento da União Europeia para os próximos sete anos. Espanha, França e Portugal desejam que seja alcançado um acordo para garantir a implementação adequada dos programas desde o início do quadro financeiro. Consideramos que o orçamento da União deve ser um instrumento político para alcançar os nossos objetivos estratégicos e contribuir para a soberania e solidariedade europeias. Assim, o acordo deverá garantir o equilíbrio das políticas tradicionais no seu conjunto. Recordamos a importância da política de coesão, que deve ser dotada de meios que lhe permitam continuar a assegurar a convergência na Europa, e da política agrícola comum, que deve atribuir pelo menos o mesmo apoio que existe atualmente para os agricultores.

O orçamento deverá igualmente contribuir para a transição ecológica, dedicando uma fatia das despesas mais ambiciosa à ação climática e incluindo um objetivo dedicado à proteção do clima e da biodiversidade, em consonância com o Pacto Ecológico Europeu. Deverá igualmente integrar uma dimensão social, a fim de facilitar a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em particular através de uma nova condição horizontal favorável. Por fim, apoiamos o estabelecimento de um mecanismo para proteger o orçamento contra falhas generalizadas do Estado de Direito.

O orçamento deve também ser aberto a novas fontes de financiamento, nomeadamente com base nas propostas da Comissão. O acordo deverá igualmente prever a possibilidade de outros novos recursos no futuro. As compensações (“rebates”) deverão ser imediatamente eliminadas.

Nesta negociação, defenderemos igualmente as especificidades das regiões ultraperiféricas e o seu financiamento adequado nas futuras políticas de coesão, agricultura, pesca e assuntos marítimos, incluindo quanto à intensidade do financiamento. Organizámos, a 19 de novembro de 2019, em Bruxelas, uma conferência dedicada a esse assunto e distribuimos um “[non-paper](#)” conjunto às instituições europeias.

Após a saída do Reino Unido da União Europeia a 31 de janeiro passado, Espanha, França e Portugal desejam que a relação futura entre a UE e o Reino Unido se integre num quadro de relações amplas e ambiciosas que reflitam a nossa proximidade e os nossos valores comuns, que assentem num equilíbrio entre direitos e obrigações, e que garantam uma concorrência equitativa e o respeito pela autonomia de decisão da UE. Com esse fim, prestaremos uma atenção particular aos desafios do alinhamento regulatório e ao estabelecimento de uma governação robusta.

Adicionalmente, os nossos três países estarão muito atentos a que o futuro acordo preserve o acesso dos pescadores da União às águas britânicas e aos recursos haliêuticos, preservando também a atividade da frota da União. A união dos 27 durante esta negociação deverá ser mantida. Expressamos o nosso total apoio ao negociador-chefe da União Europeia.

No momento em que a União inicia um novo ciclo institucional, é hora de promover um debate mais aberto sobre a maneira como a União se deve adaptar aos desafios dos nossos tempos, obter resultados concretos e melhor envolver os cidadãos. Acreditamos firmemente que a Conferência sobre o Futuro da Europa permitirá continuar um debate democrático e reforçar a confiança dos cidadãos no projeto europeu. Os nossos três países comprometem-se a incentivar um debate aberto e inclusivo com os cidadãos, tomando também como base os resultados das consultas aos cidadãos de 2018, a fim de abordar as suas preocupações concretas. A organização deste debate deve ser definida de forma rigorosa e transparente, em conformidade com os princípios do equilíbrio institucional e da subsidiariedade. Consideramos que a Conferência deve dar prioridade às questões que têm um impacto sobre os cidadãos europeus e suscitam o seu interesse.

Espanha, França e Portugal consideram que a transição ecológica é o principal desafio enfrentado pelas nossas sociedades e exortam a União a estar na vanguarda da luta contra as alterações climáticas. Apoiamos o objetivo da neutralidade carbónica até 2050 e saudamos o Pacto Ecológico Europeu proposto pela Comissão. Em 2020, a Europa terá que liderar o caminho rumo à COP26 de Glasgow, aumentando as metas de redução de emissões europeias para 2030. A transição para uma Europa verde deve ser, certamente, uma transição justa, que não deixe ninguém para trás e que tenha em conta os esforços já envidados pelos Estados empenhados na transição ecológica. Também teremos que ser consistentes e garantir o cumprimento de elevados padrões pelos nossos parceiros externos, nomeadamente através da inclusão do respeito pelo Acordo de Paris nos acordos comerciais e da continuação dos trabalhos preparatórios sobre um mecanismo de ajustamento na fronteira relativo ao carbono compatível com a OMC.

Alcançar um mercado de energia mais eficiente também é igualmente essencial para o sucesso da transição ecológica. França, Espanha e Portugal reafirmam o papel estratégico das interligações para melhorar o funcionamento de um mercado interno de energia seguro, competitivo e descarbonizado, de acordo com os objetivos europeus em matéria de interligações, em conexão com o Pacto Ecológico Europeu e as novas opções de inovação. Renovamos também o nosso empenho em fazer avançar os projetos de interligações elétricas em curso. A utilização das tecnologias mais amigas do ambiente e mais económicas será essencial a fim de aumentar o respaldo pelas populações locais e respeitar critérios custo-benefício.

Chegou o momento de aprofundar a União Económica e Monetária. De igual forma, defendemos a criação de uma capacidade orçamental para a zona euro dotada de recursos adequados e de um modelo de governação adaptado à promoção da convergência e da competitividade na área do euro. Pretendemos também trabalhar na criação de um instrumento de estabilização que proteja os cidadãos europeus contra futuras crises e melhore a capacidade de absorção face a choques na zona euro. Neste contexto, um mecanismo de resseguro de desemprego seria um caminho a explorar. Para além disso, estamos convencidos da necessidade de dar um impulso ao arranque da primeira fase de um sistema europeu de garantia de depósitos, no âmbito dos esforços para completar a União bancária.

Estamos convencidos de que apenas uma União forte, que garanta a liberdade e a segurança, poderá enfrentar os desafios futuros. Estamos também comprometidos com o princípio da livre circulação, que representa um acervo valioso da construção europeia, e estamos empenhados em restaurar o bom funcionamento do espaço Schengen. Trabalharemos para que o novo pacto sobre as migrações e asilo, que a Comissão irá apresentar em breve, permita obter uma resposta comum, abrangente e eficaz aos desafios migratórios, com base numa efetiva aplicação do

princípio da solidariedade e de partilha equitativa das responsabilidades entre Estados-Membros.

Gostaríamos também de sublinhar a importância estratégica das relações com os nossos parceiros na Vizinhança Sul e, bem assim, a necessidade de a União Europeia reforçar o diálogo com a margem sul do Mediterrâneo, no quadro de uma reflexão sobre o futuro da Política Europeia de Vizinhança que esteja à altura das questões geopolíticas da região.

Finalmente, discutimos a proposta espanhola de uma macro - região atlântica.

*

* *

Em todas estas questões, manteremos o nosso diálogo trilateral com o objetivo de traduzir as prioridades europeias comuns em resultados tangíveis que respondam às expectativas dos cidadãos. Nesse espírito, estamos prontos a trabalhar com todos os Estados-membros que partilhem as nossas prioridades, a fim de construir maiorias em torno de assuntos comuns, fazendo avançar de forma concreta a agenda europeia.